

DEBATES ATUAIS SOBRE A TEORIA URBANA: UMA AVALIAÇÃO CRÍTICA

Publicado em *Urban Studies*, 2016, Vol. 53(6) 1114–1136

RESUMO

Os estudos urbanos atualmente são marcados por muitos debates ativos. Em um artigo anterior, abordamos alguns desses debates propondo um conceito fundamental de urbanização e de forma urbana para identificar uma linguagem comum para a pesquisa urbana. No presente trabalho, faremos uma breve recapitulação desse quadro. Utilizaremos então este material preliminar como base para uma crítica das três versões atualmente mais influentes da análise urbana, a saber, a teoria urbana pós-colonial, as abordagens teóricas do agenciamento e da urbanização planetária. Nós avaliaremos cada uma dessas versões e cada uma delas pretende ser considerada a melhor abordagem sobre as realidades urbanas. Faremos a crítica de: a) teoria urbana pós-colonial, por seu particularismo e sua insistência na provincianização do conhecimento, b) abordagens teóricas do agenciamento, por sua indeterminação e ecletismo, e c) urbanização planetária, pela desvalorização radical das forças de aglomeração e de nodalidade na geografia urbano-econômica.

Palavras-chave: Teoria da aglomeração, teoria do agenciamento, teoria da urbanização planetária, urbanismo pós-colonial, teoria urbana

ABSTRACT

Urban studies today is marked by many active debates. In an earlier paper, we addressed some of these debates by proposing a foundational concept of urbanisation and urban form as a way of identifying a common language for urban research. In the present paper we provide a brief recapitulation of that framework. We then use this preliminary material as background to a critique of three currently influential versions of urban analysis, namely, postcolonial urban theory, assemblage theoretic approaches and planetary urbanism. We evaluate each of these versions in turn and find them seriously wanting as statements about urban realities. We criticise (a) postcolonial urban theory for its particularism and its insistence on the provincialisation of knowledge, (b) assemblage theoretic approaches for their indeterminacy and eclecticism and (c) planetary urbanism for its radical devaluation of the forces of agglomeration and nodality in urban-economic geography.

Keywords: agglomeration theory, assemblage theory, planetary urbanisation theory, post-colonial urbanism, urban theory.

Michael Storper

Department of Geography and Environment, London School of Economics, UK

storper@ucla.edu

Allen J Scott

Department of Geography, University of California at Los Angeles, USA

ajscott@geog.ucla.edu

Tradução

Ana Maria Leite de Barros¹

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo.

amleitedebarros@gmail.com

1 - Nota do Editor da revista *Geografares*: Agradecemos aos professores Allen J. Scott e Michael Storper pela permissão da publicação dessa tradução na revista *Geografares*. Todas as palavras entre colchetes são da tradução. As Notas da Tradutora serão indicadas por NT (Nota da Tradutora). As citações bibliográficas seguem as normas do texto original em inglês e não as normas da ABNT.

Michael Storper
Allen J Scott

Desafios urbanos e a teoria urbana no século 21

O período atual da história humana pode ser identificado, de forma plausível, não apenas como uma era global, mas também como uma era urbana. Este é um período em que a população, a atividade produtiva e a riqueza estão, cada vez mais, concentradas nas cidades². A maioria das cidades oferece, mais do que nunca na história humana, um melhor padrão de vida para uma quantidade maior de pessoas; até mesmo os pobres urbanos estão em melhor situação, em média, do que os pobres rurais ao redor do mundo. As cidades são centros principais de inovação científica, cultural e social (Glaeser, 2011; Hall, 1998). As cidades também proliferaram em todo o mundo e se tornaram cada vez mais interdependentes de forma que, enquanto anteriormente se falava de forma bastante significativa em “sistemas urbanos nacionais” (mais extensivamente desenvolvidos no Norte Global), a situação atual é marcada por uma rede mundial cada vez mais integrada de Cidades, juntamente com um aumento extraordinário do crescimento urbano no Sul Global (McKinsey, 2011). Mas esta era também é, de certa forma, uma era obscura marcada por velhas cidades industriais decadentes, pobreza concentrada, favelas, conflitos étnicos, desafios ecológicos, acesso desigual à habitação, gentrificação, falta de moradia, isolamento social, violência e crime e muitos outros problemas. Tem havido uma grande proliferação de

pesquisas acadêmicas e de pesquisas relacionadas a políticas sobre as cidades e um vigoroso avivamento dos debates sobre o conteúdo e sobre a orientação teórica dos estudos urbanos.

Neste artigo, discutiremos as três perspectivas atualmente mais influentes sobre esses debates, a saber, a análise urbana pós-colonial, as explicações teóricas do agenciamento sobre a cidade e a teoria do “urbanismo planetário”. Cada um a sua maneira, esses três corpos de trabalho tentam fornecer entendimentos audaciosos das tendências empíricas acima mencionadas. Ao mesmo tempo, cada um deles procura apresentar uma explicação da cidade que coloca fortes desafios para a teoria urbana até então existente. Como tal, essas perspectivas são expressões proeminentes de inovação e de uma vitalidade renovada nos estudos urbanos – refletindo as dramáticas mudanças nas geografias da urbanização acima mencionadas –, mas realizadas de maneira que, como argumentaremos, parecem, muitas vezes, ser altamente problemáticas. Deve-se salientar, desde já, que estes três corpos de trabalho têm diferenças quanto à origem intelectual e possuem diferentes pontos de ênfase, embora as abordagens pós-coloniais e as da teoria do agenciamento compartilhem uma significativa base conceitual comum, notadamente no enfoque que dão à particularidade, ao localismo e à diferença, e na insistência na “complexidade” empírica

2 - Neste artigo, o termo “cidades” será usado de forma geral para se referir a formas urbanas pequenas e grandes, incluindo áreas metropolitanas e cidade-regiões.



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

dos arranjos socioespaciais. O urbanismo planetário, por sua vez, concentra-se em uma tentativa de reformular a relação entre as formas “concentradas” e “estendidas” de assentamentos humanos, de uso da terra e de desenvolvimento espacial, assimilando-os em uma paisagem urbana teórica que é nada menos do que global.

Questionaremos essas três abordagens de várias formas. Argumentaremos que cada uma delas contém importantes pontos cegos e distorções analíticas e mostraremos que falharam em oferecer um conceito significativo de urbanização com insights generalizáveis sobre a lógica e a dinâmica das cidades. Essas deficiências não são apenas lamentáveis em seus próprios termos, mas são notadamente incapacitantes em um campo no qual a necessidade de instaurar políticas viáveis em busca da justiça social tornou-se cada vez mais urgente. Além disso, argumentaremos que grande parte da literatura atual associada a essas três abordagens compartilha uma predileção por certos tipos de abstrações filosóficas e epistemológicas complicadas que apresentam, na verdade, uma barreira a qualquer entendimento do urbano como um fenômeno social concreto. Começaremos a nossa discussão reiterando brevemente as ideias desenvolvidas em um outro artigo (Scott e Storper, 2015), no qual procuramos estabelecer um conceito fundacional do urbano. Nessa base, afirmamos que existem fatores genéticos comuns fundamentais subja-

centes aos padrões urbanos e um conjunto robusto de categorias conceituais dentro das quais o processo de urbanização e as experiências urbanas podem ser analisados, onde quer que estejam no mundo. Em seguida, discutiremos com algum detalhe o que consideramos serem as fraquezas mais flagrantes dos três principais alvos da nossa crítica. À medida que trabalhamos neste objetivo, também ofereceremos algumas respostas – embora não uma resposta completa – a uma série de avaliações críticas do nosso artigo anterior.

A natureza das cidades revisitada

Por uma compreensão analítica da cidade

Em Scott e Storper (2015), nós nos debruçamos, em parte, sobre os altos níveis de diversidade e de discordância na teoria urbana ao longo do último século, e nos questionamos se poderia ser construída uma teoria coerente e estável da cidade. Tal teoria, se fosse possível, precisaria: (a) explicar a gênese das cidades em geral, (b) capturar a essência das cidades como fenômeno social concreto e (c) tornar possível esclarecer a diversidade empírica observável das cidades ao longo do tempo e do espaço.

Nossa abordagem a este desafio de construção teórica foi construída a partir da observação de que as cidades, em todos os lugares, são caracterizadas por aglomeração envolvendo a atração de pessoas, atividades

econômicas e outras relações em blocos nodais interligados de uso da terra de alta densidade. O principal, mas não o único mecanismo que impulsiona essa tendência fundamental, nós argumentamos, é o surgimento de divisões orgânicas do trabalho nas quais a vida social e econômica (isto é, a produção de bens e serviços, mas também as atividades culturais, religiosas e governamentais) é organizada e reorganizada em redes de unidades de atividades humanas especializadas, mas complementares. Esta forma de organização significa, por sua vez, que a proximidade geográfica mútua ou a aglomeração destas unidades é crucial, pois, de outro modo, os custos de tempo e distância da interação dificultariam sua eficácia operacional. Em nosso artigo anterior, discutimos extensivamente que todas as cidades ao longo da história se baseiam nesse processo fundamental de aglomeração. Os custos relativos à distância foram, sem dúvida, muito maiores em períodos mais antigos da história, mas como revela a abundante literatura sobre a dinâmica da aglomeração, a proximidade através da co-localização ainda hoje é imperativa para certos tipos de atividades (Cooke e Morgan, 1998; Fujita e Thisse, 2002; Krugman, 1991; Scott, 2012; Storper, 2013). Uma outra consideração importante deve agora ser feita em relação ao fato de que, uma vez que as atividades especializadas interdependentes que constituem a divisão do trabalho (e a habitação residencial a ele associada) não

podem, todas, ocupar um único ponto, elas devem necessariamente se arranjar em uma rede ou em um mosaico espacialmente extenso organizado em torno de seu centro comum de gravidade e caracterizado por intrincados padrões internos de diferenciação geográfica. Chamamos qualquer sistema deste tipo de nexo [nexus]³ da terra urbana (ver Scott, 1980).

Esses processos urbanos trans-históricos e transgeográficos assumem atributos concretos específicos que refletem as condições sociais, econômicas e políticas mais amplas – e em constante mudança – nas quais a urbanização está sempre inserida. Podemos identificar cinco variáveis básicas ou forças que moldam as principais variações do nexo da terra urbana em diferentes momentos e lugares. Estas podem ser enumeradas como (a) o nível geral e o modo de desenvolvimento econômico, (b) as regras de alocação de recursos que prevalecem, (c) as formas de estratificação social, (d) as normas e tradições culturais e (e) as relações de autoridade política e poder. Nós não temos espaço aqui para elaborar nem mesmo uma descrição esquemática da diversidade empírica que essas (e outras) variáveis contextuais são capazes de gerar, mas elas levam a uma grande quantidade de variações detalhada no nexo da terra urbana de uma instância para outra. Por exemplo, a Roma imperial, Xi'an na China, a antiga Babilônia, Timbuktu no Império do Mali, Tenochtitlan em Aztla'n no século XV (atual México), Manchester na era in-

3 - Nota da Tradutora (NT):
“Nexo” no sentido de elo,
liame, relação, vínculo



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

dustrial na Grã-Bretanha e Los Angeles, Cidade do México e Hong Kong no século 21, são todas bem diferentes uma das outras em um nível de análise, mesmo que todas compartilhem um conjunto comum de forças genéticas fundamentais. Em vista do papel desempenhado por essas diferentes variáveis e, apesar de nossas generalizações teóricas em relação ao nexos da terra urbana, discordamos de Dick e Rimmer (1998) que afirmam que as cidades em várias partes distantes do mundo estão agora convergindo para um modelo padrão. Pelo mesmo motivo, também rejeitamos as reivindicações de Roy (2015) quando descreve o nosso artigo anterior como uma tentativa de construir uma história universal cujo objetivo é obliterar "diferenças históricas".

Nossa análise não só nos fornece as ferramentas para distinguir entre o geral e o particular naquilo que tem como resultado o urbano, mas também para separar o que é distintivamente e inerentemente urbano do resto da realidade social. Em particular, devemos distinguir entre os fenômenos que ocorrem nas cidades, mas não são gerados pelo processo de urbanização, e fenômenos que são legitimamente elementos das cidades, no sentido em que eles desempenham um papel ativo na definição da forma e da lógica do urbano. Assim, um hospital localizado em uma área urbana geralmente desempenhará um papel importante como elemento do nexos da terra urbana, tanto como um tipo específico de provedor de serviços quanto

como um ponto de captação daqueles que usam seus serviços, mas não é provável que seus arranjos administrativos internos sejam muito relevantes para a compreensão da cidade. Da mesma forma, a taxa de juros, as ideologias do imperialismo ou o preço do açúcar não são intrinsecamente urbanos; ou melhor, pode-se dizer que eles têm alguma significância para o urbano apenas na medida em que podem desempenhar algum papel na dinâmica do nexos da terra urbana. Uma ilustração adicional dessas observações é fornecida pelo fenômeno da pobreza, que tem dimensões urbanas importantes, mas também tem muitas outras manifestações substanciais e relacionais que não são geradas pelo urbano. Para mostrar isso de outra forma, as medidas de desigualdade ou pobreza nas cidades não são equivalentes à afirmação de que a desigualdade ou a pobreza são basicamente geradas pelas cidades (Sampson, 2012). Especialmente em economias capitalistas ou de mercado, a pobreza não é fundamentalmente causada por processos urbanos, mas pelas forças complexas que moldam a distribuição de renda em uma economia marcada pela propriedade privada, por mercados competitivos e pelo trabalho assalariado. Do mesmo modo, embora pesquisadores usem frequentemente entidades urbanas como unidades de observação em vários tipos de exercícios estatísticos (assim como usamos condados, estados ou países para o mesmo propósito), não significa que esses exercí-

cios tenham significado intrinsecamente urbano. A afirmação de que qualquer fenômeno que ocorre em uma cidade é urbano por natureza é - sem maiores especificações - passível do erro de falácia ecológica. As consequências da ação da política na cidade também precisam de um escrutínio cuidadoso para que seja possível distinguir o que é especificamente urbano do que é meramente contingente. Em particular, o nexa da terra urbana é, por sua própria natureza, sujeito a formas peculiares e endêmicas de politização. As tensões criadas pela concorrência pelo uso da terra, a necessidade de garantir o acesso a externalidades positivas e de evitar os efeitos de externalidades negativas, o comportamento rentista dos donos de propriedades e a necessidade de proteger ou melhorar certos tipos de comuns urbanos (como as economias de aglomeração), entre outras fricções, criam constantemente círculos variáveis de colisões sociais urbanas. Os arranjos de governança urbana, ou o que Molotch (1976) chamou de "máquina de crescimento" urbano, também estão inseridos de formas muito significativas nessas fricções através de suas funções de fornecedores de bens públicos e serviços e seu papel de mediadores de conflitos urbanos.

A partir desses comentários, segue-se (e apesar de termos afirmado que vivemos em uma era urbana no sentido em que as cidades representam formalmente o principal meio geográfico no qual a sociedade humana contemporânea se

desenvolve) que nem todos os aspectos da vida, talvez nem mesmo a maioria dos aspectos, podem ser entendidos como sendo necessariamente (isto é, "ontologicamente") fenômenos urbanos no significado muito específico aqui identificado. Por estas razões, também, estamos relutantes em aceitar a proposição de Lefebvre (1970) de que estamos evoluindo na direção de uma "sociedade urbana" plenamente desenvolvida com seu subtexto implícito de que a sociedade e a cidade estão se tornando uma mesma coisa. Da mesma forma, a observação de Taylor (2013) de que as cidades constituem os motores essenciais de toda a sociedade humana, da política e da economia ao longo da história e que, portanto, toda ciência social deve se tornar "centrada na cidade", é claramente exagerada. Com um conceito de cidade conscientemente delimitado e focado, é possível identificar como o urbano gera tipos específicos de fenômenos sociais o que permite diferenciá-los dos fenômenos não-urbanos. Isto é o que proporciona um lugar distinto para a análise urbana na divisão acadêmica do trabalho e é o que, juntamente com um mecanismo analítico apropriado, confere-lhe uma missão central.

Algumas implicações práticas e teóricas

O nexa da terra urbana emerge, em primeira instância, da dinâmica de aglomeração e dos processos correlatos de uso do solo, gerando uma rede comple-



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

xa de atividades locais em um campo gravitacional compartilhado. Nos sistemas capitalistas, partes significativas do nexo da terra urbana estão sujeitas às regras da propriedade privada e, portanto, são tratadas como mercadoria. Em outros tipos de sistemas sociais, as decisões sobre o uso da terra podem ser direcionadas por diferentes tipos de mecanismos que envolvem, por exemplo, direitos de propriedade individuais limitados ou inexistentes ou regimes comunais de propriedade (como as que existem sob domínios étnicos ou de clã).

Seja qual for o sistema, as unidades individuais de propriedade da terra sempre têm sido mais do que uma dimensão puramente privada e atomizada. Mais especificamente, aglomeração, proximidade e densidade resultam em muitos tipos diferentes de externalidades (positivas e negativas) que circulam através do nexo da terra urbana, de modo que o uso da terra em um local invariavelmente provoca impactos em outros locais. Os resultados positivos da aglomeração incluem processos de compartilhamento (por exemplo, o uso conjunto de artefatos infra-estruturais em larga escala), combinatórios (por exemplo, disponibilidade local de várias alternativas de escolha para compradores e vendedores de bens, serviços ou força de trabalho) e de aprendizagem (por exemplo, a rápida difusão de informação cultural ou tecnológica), que representam em parte o dinamismo que normalmente associamos às cidades ao longo da história e, especialmente,

no capitalismo (ver Duranton e Puga, 2004). Os resultados negativos podem incluir o congestionamento, as incompatibilidades do uso do solo, incentivos ao crime, segregação e desigualdade, conflitos sociais e outras consequências indesejáveis decorrentes da densa coexistência de atividades sociais e econômicas altamente diferenciadas em uma órbita espacial relativamente restrita. A importância e a pervasividade desses efeitos significam, como já sugerido, que alguma forma de controle coletivo e não-individual é necessária, pois a cidade serve tanto para evitar bloqueio interno quanto para os indivíduos, as famílias e as empresas que a compõem aproveitando, assim, conjuntamente de oportunidades estratégicas de desenvolvimento. Isso explica, em grande medida, por que tomadas de decisão individuais e mecanismos comportamentais do nexo da terra urbano são virtualmente regulados em todos os lugares pelos arranjos de governança coletiva projetados para proteger cidades contra implosão e estagnação (Rowe e Scott, 1977). Na cidade, unidades inter-relacionadas de produção econômica tipicamente formam clusters diferenciados interpenetrados por uma variedade de atividade residencial. Áreas fora da cidade são fontes de alimentos, recursos e materiais que não são produzidos internamente; e elas oferecem, além disso, mercados para os produtos comercializáveis e especializados da cidade. Estas áreas são representadas tanto pela hinterlândia imediata

da cidade como por outras cidades e regiões em locais mais distantes. Mesmo nos tempos antigos, o comércio de longa distância era característico de muitas cidades, como exemplificado de forma mais dramática pelo caso da Roma clássica. No século 21, as cidades interagem umas com as outras em um sistema globalmente integrado de comércio e de troca de informações, expresso em um mosaico global emergente de cidades e cidades-regiões.

À luz dessas observações, podemos agora afirmar que a cidade representa uma escala muito específica de interação econômica e social gerada pelos processos de aglomeração e focada no imperativo de proximidade e quase sempre dotada de arranjos de governança que tentam lidar com os efeitos problemáticos de densidade e de proximidade. Ao mesmo tempo, a cidade está sempre inserida em uma economia espacial distante que a sustenta sem que sua integridade como fenômeno social característico seja comprometida (Fujita et al., 1999). Por conseguinte, como argumentaremos mais detalhadamente mais adiante, não se pode simplesmente eliminá-la por decreto em uma espécie de um plasma global universalizante como proclamam os teóricos da “urbanização planetária” (por exemplo, Angelo e Wachsmuth, 2015; Brenner e Schmid, 2015). O nosso argumento, portanto, vai fortemente contra as principais teses de teóricos da urbanização planetária ou aqueles que, como Amin e Thrift (2002), afirmam que “a cidade está em

todos os lugares e em lugar nenhum”. A fortiori, estamos em oposição aos teóricos do urbano que afirmam que a ideia da cidade é puramente ideológica.

Este é também um momento apropriado para aludir a algumas das críticas que foram feitas à nossa análise anterior de que ela seria pautada em “economicismos” (Mold, 2015; Roy, 2015). Dado o papel primordial que atribuímos às forças econômicas na gênese do nexo da terra urbana, essa linha de crítica é totalmente previsível, mas essencialmente desinformada. Nós, certamente, sugerimos que as origens do nexo da terra urbana residem nas tensões econômicas engendradas pela divisão do trabalho e pela aglomeração (e oferecemos justificativas fortes para esta posição), mas nossa reivindicação está, na verdade, muito longe de qualquer argumento que vai no sentido de que as cidades são exclusivamente ou monocausalmente estruturadas por variáveis econômicas. Na verdade, sugerimos explicitamente que diversas outras forças sociais, culturais e políticas também atuam na formação do nexo da terra urbana. Assim, nossa resposta à acusação de sermos economicistas é dupla. Primeiro, convidamos nossos críticos a identificar exatamente o que significa “economicismo” (um termo que é quase sempre utilizado de forma vaga⁴). Nossa sugestão é que o uso do termo seja reservado para quando situações não econômicas sejam erroneamente proclamadas como tal (por exemplo, afirmações de que o nível de desenvolvimento econômico determina a forma

4 - O mesmo pode ser dito para o termo “determinismo” que Mould (2015) invoca em suas críticas ao nosso artigo anterior. Qualquer determinista que tenha respeito próprio provavelmente insistirá, no mínimo, que uma abordagem determinista envolve a supressão da liberdade de escolha por causalidades puramente materiais ou estruturais-funcionais. Mould não desenvolve nenhum raciocínio ou evidência de como ou por que nossa teoria do nexo da terra urbana se relaciona com alguma concepção deste tipo.



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

de sociabilidade nos bairros urbanos ou que a cidade não passa de um fenômeno econômico). Em segundo lugar, desafiamos as tentativas de nossos críticos de caracterizar nosso trabalho como economicista pedindo a eles que ultrapassem as alegações puramente gestuais e demonstrem detalhadamente, de forma crítica, como as nossas formulações sobre as origens analítica das cidades podem realmente estar erradas e como elas podem ser corrigidas. De fato, uma leitura aprofundada de nosso texto deveria deixar bem claro que a nossa teoria do nexo da terra urbana permanece aberta a uma enorme diversidade de elaborações e hibridizações não econômicas e, certamente, a inúmeras relações reflexivas complexas entre a economia e as dimensões sociais, políticas e culturais da vida urbana. Além disso, embora este ponto certamente não precise ser explicitado, o nexo da terra urbana é, obviamente, uma chave fundamental para entender a cidade como uma matriz locacional de formas construídas e de ativos simbólicos associados que, de acordo com Walker (2016), estão ausentes de nossa própria análise.

Esta breve exposição de nossas visões teóricas serve como um ponto de referência a partir do qual revisaremos e faremos a crítica de uma série de teorias de urbanização que estão na moda atualmente e que pensamos que propõem relatos seriamente questionáveis aos desafios científicos e políticos colocados hoje pelas cidades.

Urbanismo pós-colonial: cosmopolita, mas provincial

Muitas das pesquisas pós-coloniais contemporâneas se originaram em estudos culturais e históricos que funcionaram como uma crítica aos numerosos pontos cegos nas tradições da análise teórica do Norte. Acima de tudo, o pensamento pós-colonial, como representado, por exemplo, por Said (1978) e Spivak (2008), demonstra como diversos legados intelectuais do colonialismo (análises tendenciosamente etnocêntricas e preconceitos em particular) entram inconscientemente em escritos acadêmicos sobre o Sul Global. Os estudiosos pós-coloniais (como Comaroff e Comaroff (2012)) também tentaram, corretamente, demonstrar que as reivindicações de universalidade que foram muitas vezes apropriadas pela teoria euro-americana são, às vezes, demonstravelmente falsas. Essas mesmas linhas de pensamento e de crítica recentemente se tornaram fortemente influentes nos estudos urbanos. Robinson (2006, 2011) e Roy (2009, 2011), entre muitos outros (por exemplo, Edensor e Jayne, 2012; Myers, 2014, Ong e Roy, 2011; Patel, 2014, Sheppard et al., 2013), têm sido especialmente ferozes a este respeito e têm sido especialmente francos ao condenar a aplicação das teorias urbanas construídas na Europa e América do Norte para as cidades do Sul Global.

Estes e outros analistas têm procurado corrigir o que vêem

como desequilíbrio e representações errôneas nas teorias urbanas do Norte por meio de duas estratégias que se sobrepõem. Uma estratégia é pedir por formas mais cosmopolitas de teoria urbana (o que Ong e Roy (2011) se referem como “mundificação”⁵) que levem a sério as experiências das cidades do Sul Global. E outra estratégia é insistir no núcleo irreduzível da idiossincrasia que marca cada cidade e se concentra no jogo resultante da “diferença” empírica e da “complexidade”. Um outro ponto de partida importante para os estudiosos urbanos pós-coloniais reside na noção de “cidade comum” desenvolvida por Amin e Graham (1997), segundo a qual as cidades são igualmente únicas e exclusivas e que nenhuma pode ser reivindicada como um arquétipo privilegiado ou exemplar em relação às outras. Robinson (2006), em particular, tem simpatia por essa noção ao afirmar a posição equivalente de todos os centros urbanos através da divisão Norte-Sul, assim como proclama que qualquer problemática significativa do urbano deve estar atentamente focada no caráter essencial das cidades como lugares de diferença. Em uma veia mais radical, Roy (2009: 820) tem advogado que muito da teoria urbana existente deve ser varrida para longe com a injunção categórica de que “o centro de elaboração da teoria deve mudar para o Sul Global”. No entanto, como observa Peck (2015), há uma tensão aparentemente não resolvida nos estudos pós-coloniais entre os cons-

tantes apelos pela mundificação da análise urbana de um lado e, por outro, a afirmação igualmente constante de um binário Norte/Sul e mesmo em alguns casos, como veremos, uma tendência maciça em favor de uma “provincianização” [‘provincialization’] da teoria urbana (Ren e Luger, 2015).

Os estudiosos pós-coloniais estão especialmente insatisfeitos – nem sempre incorretamente, mas, com frequência, sem as nuances apropriadas – com o que eles alegam ser os preconceitos modernistas e desenvolvimentistas pervasivos da teoria urbana elaborados no Norte Global. Um dos casos mais funestos desse tipo de parcialidade, na visão desses comentaristas, é representado pela Escola de Sociologia Urbana da Universidade de Chicago. Um ponto particularmente polêmico é a noção da Escola de Chicago de um *continuum folk-urbano*⁶ separando, de um lado, as formações sociais primitivas e não-urbanas e, de outro lado, as formações sociais avançadas e urbanizadas, bem como a prolongação desta noção no trabalho de Wirth (1938). Os teóricos urbanos pós-coloniais criticam o modernismo desenvolvimentista como um discurso que remete as cidades (e as sociedades) do Sul Global ao status de subdesenvolvimento e atraso, uma perspectiva que é manifesta, de acordo com Roy (2011: 224) em “narrativas apocalípticas e distópicas da favela”. Ela mesma vê a pobreza, a informalidade, a marginalização e as favelas extensas das cidades do sul como um *modo* de

5 - Nota da Tradutora (NT): Os autores se referem ao termo *worlding*, conceito trabalhado no livro “*Worlding Cities: Asian Experiments and the art of being global*” das autoras, Ananya Roy e Aihwa Ong, ambas professoras da UC Berkeley à época da publicação do livro no qual tratam da crescente importância que as cidades asiáticas passam a ter no mundo global contemporâneo. O conceito de *Worlding* foi cunhado pela teórica indiana Gayatri Spivak. Para Spivak, *worlding* refere-se a uma prática discursiva dos países colonizadores de descrever e representar o outro (o colonizado, o nativo) para produzir uma ideia de inferioridade. Em Roy e Ong, contudo, *worlding* é “empregado para identificar os projetos e práticas que fundamentam uma visão de mundo em formação”. Para as autoras, o sentido em que usam o termo e as práticas a eles associadas “não se encaixam (...) em lados opostos de divisões de classe, políticas ou culturais”. Elas adotam “uma formulação não ideológica de *worlding*” que, no sentido em que empregam, está ligado “à ideia de emergência, de que as situações globais estão sempre em formação”, propondo formas mais cosmopolitas da teoria urbana
Continua...



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

urbanização (Roy, 2005, ênfase no original). É difícil determinar exatamente o que essa frase significa, mas presumivelmente funciona como um gesto destinado a eliminar as implicações supostamente pejorativas das teorias do Norte. O modernismo-desenvolvimentismo é ainda criticado por estudiosos pós-coloniais porque promove um conceito teleológico das cidades do Sul Global, no qual o crescimento e a transformação estão sujeitos a estágios evolutivos envolvendo mudanças daquilo que é menos moderno para o que é mais moderno e desenvolvido. Mais especificamente, o que é questionado aqui é que não é razoável esperar um movimento linear de arranjos menos formais para mais formais em relação à construção de assentamentos e de direitos de propriedade nas cidades do Sul Global (Roy, 2005).

A crítica dos estudos urbanos pós-coloniais

Obviamente, as cidades do Sul Global foram gravemente negligenciadas nos esforços anteriores de pesquisa⁷; obviamente devemos ter o cuidado de prestar atenção às especificidades dessas cidades; e, obviamente, precisamos reconhecer que a teoria urbana deve agora buscar em todo o mundo por suas fontes de dados e evidências, enquanto se mantém aberta a novas ideias conceituais geradas a partir das experiências das cidades do Sul Global. É igualmente óbvio que devemos ter cuidado com os perigos do eurocentrismo, o excesso te-

órico baseado em evidências limitadas derivadas de cidades do norte, que é inadequado ou irrelevante no que diz respeito às cidades do sul. Onde a teoria urbana pós-colonial erra, argumentamos, é em suas próprias formas peculiares de excesso crítico e seu compromisso geral com o que chamamos de “novo particularismo” (Scott e Storper, 2015). No que se segue, abordamos o que consideramos ser as três grandes falhas da teoria urbana pós-colonial, ou seja, suas queixas exageradas quanto ao viés epistemológico euro-americano sobre a análise urbana contemporânea, sua crítica altamente seletiva do modernismo-desenvolvimentismo e seu forte compromisso metodológico com o comparativismo teoricamente não estruturado. Note-se que todos esses temas são essencialmente ramificações de uma única meta-reclamação, a de um conjunto de incomensurabilidades: no ponto de vista, no desenvolvimento e na representatividade.

Eurocentrismo e a provincialização do conhecimento. Para começar, então, os estudos urbanos pós-coloniais são amplamente motivados pela afirmação de que a teoria produzida no Norte Global é incapaz de explicar situações empíricas no Sul Global (ver Peck (2015) para uma caracterização análoga da teoria pós-colonial). Roy (2009) acrescenta a alegação ainda mais dura de que a teoria urbana euro-americana “mantém vivas as tendências neo-orientalistas que interpretam as cidades do Terceiro Mundo como o cora-

que não se resumem às visões clássicas do Norte sobre o Sul.

6 - NT: Teoria desenvolvida por Robert Redfield, antropólogo norte-americano, a partir de pesquisas realizadas por ele no México.

7 - E agora que as oportunidades de pesquisa nas cidades do Sul Global estão se expandindo rapidamente no Norte e no Sul, essa negligência relativa por parte de estudiosos urbanos provavelmente desaparecerá rapidamente.

ção das trevas, o Outro” (embora não pudemos pensar em nenhum trabalho acadêmico sobre cidades publicado, pelo menos, no último meio século que sustentaria essa afirmação). Em harmonia com esses julgamentos, muitos teóricos urbanos com uma inclinação pós-colonial (notavelmente Sheppard, 2014; Sheppard et al., 2013) afirmam que as teorias devem necessariamente ser locais e confinadas em seu alcance empírico a segmentos específicos da realidade geográfica. Como Leitner e Sheppard escrevem (2015), “nossa posição, então, é que não pode haver uma única teoria urbana de competência ubíqua”. Mesmo que os autores não definam o que eles querem dizer com “contextos diferentes” e como podemos identificá-los, eles continuam a clamar por uma “provincianização” autoconsciente da teoria urbana como uma virtude em si mesma e como uma forma de deslegitimar o que eles vêem como pretensões ao universalismo difuso [pervasive] da teoria urbana europeia e americana.

Uma primeira resposta direta e simples a este apelo para provincianizar a teoria é pedir uma demonstração clara e direta da incomensurabilidade fundamental dos fenômenos urbanos em diferentes partes do mundo, além das afirmações sobre a diversidade empírica. Uma segunda resposta é propor um contra-argumento, como fizemos (e que oferecemos como não validação [disconfirmation]), no sentido de que, de fato, existem características teoricamente generalizáveis da

urbanização como um todo. É claro que sabemos, a partir do trabalho de Livingstone (2014) e de outros, que o trabalho teórico, muitas vezes, reproduz inconscientemente os preconceitos geográficos e ideológicos que refletem as circunstâncias nas quais surgiu, e a teoria urbana não é uma exceção a essa observação. Além disso, várias correntes da filosofia e da historiografia, especialmente desde meados do século XX, reconhecem claramente o caráter social construtivista de toda a atividade intelectual (Haraway, 1988; Kuhn, 1962; Mannheim, 1952). Este trabalho aponta não apenas para as fundações sociais e históricas essenciais de todas as formas de discurso, mas também para a ausência de qualquer ponto arquimediano a partir do qual o conhecimento possa ser total e finalmente julgado. Esses comentários significam que o conhecimento é sempre provisório e motivado por interesses humanos (Habermas, 1971) e, em alguns casos (por exemplo, relatos imperialistas de povos dominados), podem ser representações grotescamente distorcidas. Por enquanto, tudo bem. No entanto, de forma alguma isso significa que as ideias nunca possam alcançar um valor universal, ou, mais simplesmente, que uma ideia desenvolvida no lugar A vá falhar invariavelmente quando transferida para o lugar B. Esta é uma questão que deve ser julgada a cada caso e não ser uma imposição geral. Em contraste, o compromisso com a noção de que as teorias devem ser provincianizadas conforme prescrito por Leitner



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

e Sheppard (2015) exige uma identificação clara do que constitui uma “província” significativa e, na ausência de quaisquer diretrizes operacionais nesta questão (como no trabalho que está sob avaliação aqui) equivale a pouco mais do que uma preferência arbitrária e autodestrutiva pelo paroquialismo intelectual, às custas da busca por mais generalização teórica. Ao mesmo tempo, e como uma correção à crítica unidimensional da teoria do Norte que é feita pelos estudiosos urbanos pós-coloniais, muitas dessas mesmas questões de parcialidade e etnocentrismo são as mesmas com as quais os teóricos têm lutado desde o Iluminismo, sobretudo em relação à questão do que constitui os traços comuns ou universais da humanidade e o que em diferentes contextos representa diferenças essenciais nos comportamentos e aspirações humanas (Pagden, 2013). As tensões nesta dualidade foram especialmente importantes nos debates europeus nos séculos XVIII e XIX (e até mesmo no século XVI se considerarmos Montaigne) sobre a natureza dos “outros” distantes.

Podemos ver com mais detalhes por que a crítica da teoria do “Norte” por estudiosos pós-coloniais do urbano é excessivamente unilateral ao examinar como esses estudiosos lidam com o modernismo e o desenvolvimento.

Modernismo-desenvolvimentismo. Não há dúvida de que algumas versões da teoria do desenvolvimentismo-modernista impuseram conceitos equivocados não apenas nas

idades do Sul Global, mas também nas cidades do Norte Global. O modelo mecânico implausível de estágios de crescimento é uma dessas teorias. O mesmo pode ser dito para o modelo orgânico-ecológico de sucessão de bairros desenvolvido pela Escola de Chicago, que é especialmente suspeito, dado a sua conotação Darwiniana e sua associação com o conceito de *continuum folk*-urbano (Robinson, 2006).

Quaisquer que sejam as falhas dessas teorias em particular, os estudiosos tanto do Sul Global como do Norte Global estão, na prática, se confrontando com o fato empírico evidente das diferenças marcantes nos níveis de desenvolvimento econômico e de renda exibidos por cidades em diferentes partes do mundo e dos efeitos dessas diferenças no urbano (ver Smith, 2013). Reconhecer o poderoso papel das forças econômicas em formatar o meio urbano não é defender nenhum tipo de teleologia da história urbana, com todas as cidades em todo lugar convergindo para alcançar a “modernidade”. Pelo contrário, reconhecemos que as trajetórias empíricas de desenvolvimento de cada cidade variam acentuadamente, tanto no Sul Global quanto no Norte Global, bem como em cada país. Ao longo do tempo, algumas cidades cresceram a um ritmo acelerado; algumas cresceram rapidamente e depois entraram em declínio; algumas permanecem em um estado protocapitalista de desenvolvimento; algumas são prósperas enquanto outras estão empobrecidas; algumas

se especializaram na indústria, enquanto outras são mais dedicadas à prestação de serviços; algumas são dependentes da economia baseada em filiais, enquanto outras se tornam centros de inovações empreendedoras de alta renda e, assim por diante, até as inúmeras variações possíveis. No entanto, em toda essa diversidade, continua a haver uma importante questão sobre como formas e níveis específicos de desenvolvimento econômico moldam variantes específicas de aglomeração e de uso da terra de alta densidade – ou seja, o nexos da terra urbana – e como isso, por sua vez, se retroalimenta dessas mesmas formas e níveis.

A fixação dos estudiosos pós-coloniais sobre o suposto excepcionalismo do Sul Global é particularmente evidente no tratamento de temas favoritos tais como pobreza, favelas, mercados de trabalho informais, direitos de propriedade vulneráveis, infra-estrutura inadequada e falta de saneamento (Roy, 2005). Esses temas são frequentemente tratados como se não tivessem semelhança familiar com questões similares no Norte Global. No entanto, só precisamos pensar na Londres de Charles Dickens, na Paris de Emile Zola e na Chicago de Sinclair Lewis ou nos casos mais recentes de privação e exclusão espacial na Europa e nos Estados Unidos revelados nos estudos de Chetty et al (2014), Sampson (2012), Standing (2011) e Wilson (1987) para reconhecer que há muito em comum entre as cidades do Norte Global e as do Sul Global em relação à pobre-

za, e que o exame das cidades do Norte tem muito a oferecer aos estudiosos das cidades do Sul, e vice-versa. Essas observações levam à consideração da abordagem dos estudiosos pós-coloniais em questões de desenvolvimento em geral e, em particular, como Chibber (2013) aponta, de que as teorias de desenvolvimento no Norte Global são simples e lineares em comparação com a experiência do Sul Global onde o desenvolvimento é dito ser complexo e não linear. É claro que, como já dito, essas afirmações sobre as teorias do desenvolvimento do Norte são mal elaboradas. Muitas formulações diferentes das diversas rotas do Norte para o desenvolvimento constituem há muito tempo um dos principais eixos de debate na história de pesquisa do Norte (Allen, 2009; Aston e Philpin, 1987). Mesmo assim, os estudiosos pós-coloniais continuam com essas afirmações como fundamento para seu ponto de vista de que o desenvolvimento urbano do Sul Global é tão único que desafia qualquer descrição teórica que possa estabelecer pontos em comum com cidades em outros lugares. Em outros casos, os estudiosos pós-coloniais (como Robinson, 2011) efetivamente transformam as questões sobre as inter-relações entre o desenvolvimento econômico e a urbanização em um distante pano de fundo como sendo nada além de fantasias teóricas do Norte irrevogavelmente prejudicadas pelo paroquialismo eurocêntrico, pelo reducionismo e pelo pensamento teleológico. Na verdade, tanto no



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

Norte quanto no Sul, apesar de muitas diferenças empíricas da história e da geografia, as forças transformadoras do capitalismo e dos mercados e sua expressão na produção, no comércio e no emprego representam um conjunto consistente de problemas conceituais. Estes incluem as formas nas quais os sistemas capitalistas e não capitalistas articulam-se uns aos outros, como no caso da co-aglomeração de produtores nos setores informal e formal na Índia como descrito por Mukim (2015; ver também Rey et al., 1971) ou a dinâmica da informalidade nas cidades norte-americanas em estudo feito por Mukhija e Loukaitou-Sideris (2014). Certamente, há muito no caminho da diferença e da idiosincrasia para pesquisar em cidades ao redor do mundo, mas a teoria é necessária para que esse tipo de pesquisa atinja um significado mais amplo. Apresentamos um quadro teórico geral do nexo da terra urbana interligado com cinco processos cruciais que moldam as especificidades da urbanização em diferentes momentos e lugares (nível de desenvolvimento, regras de alocação de recursos, formas e níveis de estratificação social, normas e tradições culturais, autoridade e poder). Este quadro aborda precisamente a necessidade de reconhecer a diversidade, mas sem cair no sofisma do particularismo e, assim, perder de vista as forças que afetam todas as cidades.

Comparativismo e seus limites. Uma das maneiras pelas quais os estudiosos pós-coloniais procuram compensar

o seu profundo ceticismo em relação a muitas das teorias urbanas atuais é por meio do “gesto comparativo” enfatizando “pensar através das diferenças” de maneiras que são “potencialmente abertas às experiências de todas as cidades” (Robinson, 2014: 57). Uma abordagem comparativa é especialmente conveniente para os estudos pós-coloniais, porque se supõe que reduz os perigos do pensamento apriorístico sobre as cidades e a imposição inapropriada de conceitos estrangeiros em determinadas situações empíricas. Myers (2014), por exemplo, estudou o que tem a intenção de ser um relato comparativo exemplar das abordagens políticas multi-raciais para a política de transporte urbano em Capetown e Nairobi, por um lado, e Hartford, Connecticut, por outro. Este relato gira em torno da proposição de que as experiências dessas cidades africanas em matéria de desenvolvimento comunitário poderiam ter sido útil para o design do corredor de transporte Hartford-New Britain e, sem dúvida, é interessante e pertinente dentro de seus próprios termos de referência limitados. No entanto, como tantos outros trabalhos neste gênero comparativo, ele realmente não consegue “transformar conceitualizações existentes” como prometido de forma otimista pelos defensores do gênero (Robinson e Roy, 2015: 3). Nosso próprio argumento é que o caminho bem percorrido, mas estreito, representado por métodos

comparativos e classificatórios, certamente adiciona uma série de procedimentos legítimos à caixa de ferramentas do cientista social. No entanto, se as comparações devem ser efetivas, elas nunca podem proceder com base em escolhas teoricamente mal informadas sobre os casos em comparação ou sobre as variáveis específicas que são isoladas para análise. *O trabalho conceitual prévio sobre esses problemas é essencial se as metodologias comparativas forem produzir – além de por acidente ou boa sorte – resultados significativos.* Isso significa especificamente que precisamos ter um grau de clareza conceitual ou intuição sobre os problemas em análise para que a comparação avance de forma a revelar informações consequentes quando diferentes situações empíricas são colocadas em conjunto umas com as outras.

Com certeza, o gesto comparativo pode ser útil e interessante, mas o nosso argumento é que uma partilha de dados, experiências e resultados investigativos teoricamente mais autoconscientes é essencial para que as investigações urbanas possam, para o seu próprio bem, progredir além do localismo, da diferença e da celebração da complexidade empírica. Por esse motivo, há muito a ser dito em favor da identificação de categorias teoricamente significativas de cidades que contêm múltiplos casos de cidades similares, mas não idênticas. Esse ponto é reconhecido por Robinson (2011), embora seu argumento seja fortemente fa-

vorável à análise indutiva dos dados. Outros urbanistas pós-coloniais parecem ser bastante mais ambivalentes sobre essa questão. Por exemplo, Bunnell e Maringanti (2010) e Roy (2009) levantam argumentos contra categorias como cidades mundiais, centros financeiros internacionais e regiões urbanas, não tanto porque elas podem ser identificadas erroneamente, mas porque são utilizadas, de alguma forma, para relegar cidades excluídas a um status secundário, supostamente desviando nossa atenção da diversidade total das formas e experiências urbanas que o mundo tem para oferecer. Aqui novamente, encontramos o novo particularismo e o rebaixamento de todas as cidades para o status de “ordinário”. Essa insistência na diferença e na idiosincrasia nas cidades comuns é especialmente evidente no caso do outro alvo favorito da crítica pós-colonial, ou seja, a noção de cidade representativa ou exemplar e, sobretudo, os escritos da chamada Escola de Los Angeles sobre o “paradigmático” status de Los Angeles no final do século XX. Somos os primeiros a reconhecer o descuido de muitas das teses da Escola de Los Angeles e, no entanto, é importante registrar que Los Angeles, em seu status pioneiro como centro pós-fordista globalizante de especialização flexível, trabalho desorganizado, crescente desigualdade social e policentralidade realmente se revelou uma expressão precoce e poderosa de várias tendências globais incipientes (Soja e Scott, 1986). Consequentemente, a Escola de



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

Los Angeles chamou a atenção para o estágio inicial de um caminho de desenvolvimento que muitas outras cidades em todo o mundo seguiram posteriormente e, a partir dessa perspectiva, foi certamente exemplar.

O bilhete ferroviário de McFarlane

Ao longo das últimas décadas, a “teoria do agenciamento” [‘assemblage theory’] surgiu como um gênero central de trabalho em estudos urbanos, assim como nas ciências sociais em geral (ver, por exemplo, DeLanda, 2002; Latour, 2005). Esta teoria, que tem muitas afinidades com o urbanismo pós-colonial, infiltrou-se em estudos urbanos a partir do trabalho de filósofos pós-estruturalistas continentais (em particular, Deleuze e Guattari, 1972). A teoria do agenciamento é de uma complexidade considerável em suas representações filosóficas, cuja compreensão não é nem um pouco facilitada pela cantilena [langued de bois, em francês] de seus principais protagonistas, bem como pelas interpretações fortemente conflitantes do trabalho de Deleuze e Guattari por comentaristas secundários. Para os nossos propósitos, no entanto, focados principalmente em “aplicações” abreviadas desta teoria para a análise urbana, basta um pouco de fundamento para motivar a nossa crítica.

A teoria do agenciamento é, sobretudo, uma visão ontológica do mundo concebido como uma massa de redes rizomáticas ou relações finamente cria-

das que constituem o caráter fundamental da realidade. Essas redes reúnem objetos humanos e não humanos únicos dentro de mosaicos híbridos e fluidos, formando sistemas de interconexões mais ou menos temporariamente estabilizados que representam o estado atual do mundo observável. Os agenciamentos tornam-se estabilizados pela “territorialização” (em oposição à desterritorialização desestabilizadora) quando estão ancoradas em áreas específicas do espaço geográfico. É importante ressaltar que qualquer estado de realidade nesta teoria é considerado “plano” no sentido em que qualquer ordenação hierárquica ou escalar percebida (de cima para baixo) se decompõe novamente nas relações caleidoscópicas, rizomáticas e horizontais que os constituem (DeLanda, 2002; ver também Marston et al., 2005). Este ponto é amplamente compartilhado entre a teoria do agenciamento e a teoria pós-colonial, através da ênfase desta última na diferença e seu foco na unicidade incomensurável das cidades.

Existem muitas variantes da teoria do agenciamento, mas uma das mais influentes é a teoria do ator-rede, um conjunto de ideias associadas principalmente ao trabalho de Latour (2005). Isto é, mais uma vez, uma maneira de explorar as múltiplas relações que unem objetos humanos e não humanos, mas com a afirmação adicional de que todos esses objetos são constituídos como actantes, ou seja, capazes de agir no sentido em que exercem efeitos sobre outros actantes. Em várias

publicações metodológicas e teóricas, Farías (por exemplo, 2010, 2011) delineou as principais implicações das teorias do agenciamento e do ator-rede para os estudos urbanos. Ele escreve que a cidade é “... um objeto que está sendo agenciado incansavelmente em locais concretos de prática urbana ou, colocando de forma diferente, como uma multiplicidade de processos de transformação, afixando redes sociotécnicas, coletivos híbridos e topologias alternativas” (Farías, 2010 : 2).

Algumas das múltiplas formas pelas quais o urbano pode ser agenciado são então enumeradas:

...Como um sistema de transporte, como um parque para skates e free-runners⁸ (parkour), como uma paisagem de poder, como um palco público de ação política e de demonstração, como uma área de ninguém, como um festival, como uma área de vigilância, como um espaço de socialização, como uma memória privada, como um meio criativo, como jurisdição, etc. (Farías, 2010: 14)

Esta concepção conduz então a uma abordagem descritiva, anedótica e notadamente indiscriminada da pesquisa sobre o urbano. Farías (2011: 367) com aparente fé nos poderes do empirismo indutivo chega a dizer que “não sabemos o que estamos procurando até que o encontramos”. Não é de admirar, então, que Brenner et al. (2011) caracterizam esta linha de pesquisa como um “objetivismo ingênuo” e apontam o seu fracasso em distinguir entre o que é significativo e o que é insignificante na análise urbana. Certamente, a abordagem do agenciamento tem valor potencialmente positivo em certos tipos de relatos etnográficos e narrativas da

cidade, como os feitos por De Boek e Plissart (2004), Mbembe e Nuttall (2004) ou Simone (2014); e, como Geertz (1973) mostrou, uma descrição densa das práticas sociais e das formas materiais das cidades ou de outros lugares pode, muitas vezes, prover retratos sensíveis das formas nas quais as vidas sociais estão entrelaçadas. Um exemplo é a maneira complexa na qual construímos ambientes de prédios altos nos centros das principais cidades e as conexões deste processo com a indústria da construção, práticas arquitetônicas e normas de construção, demandas concorrenciais por espaço, concepções visuais de ambiente construído e emprego de escritórios na cidade. A nossa crítica da teoria do agenciamento, portanto, não nega a possibilidade de certos feedbacks importantes entre os objetos não humanos e a sociedade humana e não é enfaticamente destinado a repudiar as relações reflexivas entre a tecnologia, o espaço urbano e a vida social (cf. Graham e Marvin, 2001). No entanto, certamente temos fortes reservas sobre a capacidade dos objetos inanimados de “agir” como se quaisquer poderes causais ou generativos que eles possuísem fossem ontologicamente equivalentes ao comportamento humano sensível e proposital.

A teoria do agenciamento privilegia radicalmente a atividade do próprio agenciamento, sem ver forças mais amplas que possam determinar quais agenciamentos são ou não são possíveis; em vez disso, defende uma metodologia de construção

8 - NT: *free-runners é algo como uma disciplina acrobática derivada do parkour.*



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

dos elementos da organização social a posteriori desde o início (Bender, 2010) e se concentra em lugares específicos da vida cotidiana (Simone, 2011). O resultado é um conceito em grande parte indeterminado da cidade como um complexo, variado, multifacetado, aberto, fluido, único, híbrido, indisciplinado, não-linear, etc., etc., agregado de fenômenos diferentes unidos em uma mistura caótica de relações casuais e contingentes. Esse conceito, como o ponto de vista (pós-colonial) de Robinson (2011: 13) da cidade como “um lugar de agenciamento, multiplicidade e conectividade”, é, em um nível de observação, certamente correto, mas em outro nível interpõe-se uma mera confluência empírica como substituta para um nível mais profundo e mais sistemático de compreensão (teórica). Este objetivismo ingênuo frequentemente também resulta em corpos de informação marcadamente indiscriminados sendo embalados em agenciamentos empíricos, talvez especialmente quando, nas palavras de Acuto (2011: 553), essas “massas ausentes de atores não humanos que muitas vezes se degradaram ao papel de artefatos mundanos” são trazidos em concatenação com a vida humana. Em outras palavras, não existem marcos teóricos na teoria do agenciamento para nos dizer como desenredar relacionamentos significativos ou distinguir entre o que é trivial e o que é importante.

Podemos definir essas observações com referência ao trabalho de McFarlane (2011a,

2011b), outro porta-voz proeminente da teoria do agenciamento. Na defesa viva que faz desta teoria, McFarlane (2011c: 216) recorre às suas pesquisas sobre pobreza e habitação informal em Mumbai. Ele insiste que qualquer tentativa de entender “a vida cotidiana e as dificuldades enfrentadas pelos pobres” nos obriga a prestar atenção a uma coleção eclética de “materialidades urbanas”, que incluem, neste caso, objetos tão dispares quanto os sacos, o ferro corrugado, o tijolo, os tijolos de cimento, hidroformas e infra-estruturas de drenagem, saneamento, água e eletricidade. Esses elementos são então organizados em uma descrição da pobreza em Mumbai, mas criticamente o relato – que tem a qualidade analítica “plana” prescrita pela teoria do agenciamento – é essencialmente destituído de ideias explicativas úteis. O mesmo pode ser dito para o trabalho análogo de Dovey (2012) que, como Simone (2011), faz uma apresentação estendida do jargão de leuzoguattariano⁹ na tentativa de iluminar descrições da informalidade urbana que, no entanto, se mantém não informativas sobre a lógica básica da marginalização social e econômica.

A fetichização de objetos inanimados como instrumentos de ação [agency] é dramaticamente destacada na discussão de McFarlane (2011c: 217) sobre o trabalho de ativistas políticos no combate à pobreza em Mumbai. Ele descreve a forma como esses ativistas descobriram que poderiam fazer chamadas telefônicas gratuitas inserindo

9 - Nós usamos o termo de forma satírica

um bilhete ferroviário em um aparelho de telefone, e como isso significa a ampliação do alcance de suas ações. McFarlane afirma que isso faz parte da “experiência e das possibilidades da vida urbana”. Nosso ponto de vista, por sinal, não é de descartar esse tipo de narrativa como sendo, em princípio, desprovido de significado. Afinal, uma boa história é uma boa história. Nosso ponto é que, no caso do bilhete ferroviário de McFarlane, uma contingência trivial é, com toda seriedade, proposta como um elo na cadeia de ações [agency] que supostamente funciona como uma maneira de entender a pobreza urbana e como uma descrição das lutas nas quais as pessoas se engajam para escapar desta pobreza. Esta imagem contrasta fortemente as análises mais controladas e realistas sobre os obstáculos no caminho dos pobres que são feitas por autores tão diversos como Aw (2013), Boo (2012), Caldeira (2000) e Cole (2014). Como Brenner et al. (2011: 233) escreve sobre a teoria do ator-rede: “Este modo de análise pressupõe que os ‘fatos’ – neste caso, aqueles de interconexão entre actantes humanos e não humanos – falam por si mesmos em vez de precisar de mediação ou, pelo menos, de animação através de pressuposições teóricas e de esquemas interpretativos”. Assim, no mundo aplainado da teoria do agenciamento há uma tendência perigosa de falhar na distinção entre o caráter inanimado dos objetos materiais e a intencionalidade dos humanos, e de agravar este descuido por apresentações

teoricamente insuficientes da interconectividade social (ver Tonkiss, 2011). Este aplainamento do mundo também elimina qualquer conteúdo político significativo da teoria do agenciamento, pois tudo é igualmente importante (ou igualmente trivial e não importante).

Os principais problemas da teoria do agenciamento, como discutido nesta seção do artigo – a noção de realidade como meros emaranhados rizomáticos sem processos subjacentes de estruturação, a atribuição indiscriminada de agenciamento para as coisas e a ausência de conceitos de ação humana – tornam essa teoria incapaz de detectar as dinâmicas, movimentos, mudanças e causalidades urbanas de formas significativas. O realismo crítico já proporcionou uma saída para esse tipo de impasse insistindo na importância das relações necessárias, dos poderes causais e da abstração teórica como fundamentais para a identificação das propriedades centrais e das condições de existência dos fenômenos sociais (Sayer, 2004). Busca-se em vão, na teoria do agenciamento e na pesquisa sobre o urbano nela baseada, saber o que maiores diferenças de agenciamento fazem, quais agenciamentos são importantes e quais são insignificantes e fugazes, quais são empoderadores e quais são desempoderadores e quais tipos de intervenções políticas são mais propensos a desencadear as formas desejadas de mudança social.



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

10 - *Uma resposta detalhada a Brenner e Schmid foi feita por Walker (2015). Suas principais linhas de crítica diferem das nossas, mas são igualmente firmes quanto à integridade da cidade como um objeto de investigação teórica.*

11 - *Por exemplo, entre as muitas terminologias alternativas possíveis estão: “economia espacial global”, “capitalismo planetário” ou “anatomia geográfica da sociedade global”. Estas terminologias captam o espírito do que Brenner e Schmid parecem dizer, sem aniquilar o significado comumente associado ao termo “urbano”.*

Perplexidades planetárias

Alguns analistas urbanos de hoje, mais notavelmente Brenner e Schmid (2015), sugerem que, no século XXI, surgiu uma indistinção radical da categoria do urbano versus todo o resto, e que aquilo que antes era identificado como área urbana pode não mais ser distinguido, conceitualmente ou empiricamente, do resto do espaço geográfico. Estas são as doutrinas centrais do “urbanismo planetário”. Como Brenner e Schmid (2014: 750) escrevem:

É claro que os entendimentos baseados nos assentamentos da condição urbana agora tornaram-se obsoletos. O urbano não pode ser plausivelmente entendido como um lugar limitado, cercado, de relações sociais que deve ser contrastado com zonas ou condições não-urbanas. É hora, portanto, de explodir nossos pressupostos herdados referentes às morfologias, territorializações e dinâmicas socioespaciais da condição urbana.

Dado o desenvolvimento geograficamente intensivo e extensivo do capitalismo global, os autores estão, sem dúvida, corretos ao se referir a um sistema socioeconômico planetário integrado. Eles também têm razão ao afirmar que a noção de um domínio puramente “rural” que ocupa os espaços intersticiais entre as cidades é arcaica e enganosa. Essa noção nunca foi, em nenhum caso, inteiramente satisfatória dada a diversidade desses territórios (desertos, florestas, cadeias montanhosas, áreas de agricultura camponesa, extensões de agricultura industrial, espaços de extração de recursos, regiões turísticas, etc.). Mas é incompreensível para nós como esses fatos podem levar à afirmação de que a ideia da cidade somente “persiste como enqua-

dramento ideológico” (Brenner e Schmid, 2015: 152), uma frase que foi ecoada pela caracterização feita por Merrifield (2013) da mesma ideia como um “pseudo-conceito”. Acima de tudo, como mostraremos a seguir, Brenner e Schmid não demonstram de forma conclusiva que a cidade desaparece como uma entidade geográfica identificável e como escala de interação socioeconômica no espaço planetário, ou que qualquer distinção entre o espaço urbano e o resto do espaço geográfico (o que eles erroneamente insistem em chamar de “o rural”) deve agora ser abandonado; e eles são simplesmente extravagantes quando escrevem sobre a extensão total do espaço planetário como sendo “urbanizado”, especialmente quando este inclui “florestas tropicais, desertos, regiões alpinas, zonas polares e oceanos e até a atmosfera” (Brenner e Schmid, 2015: 152-153)¹⁰.

Brenner e Schmid cercam suas apostas de forma bastante desajeitada ao dizer que há algo chamado de urbanização “concentrada”, ou o que geralmente chamamos de cidades, e algo chamado urbanização “estendida”, o que mais ou menos corresponde a todo o resto. O que é intrigante é por que eles querem criar confusão semântica que decorre da aplicação do termo “urbano” com todas as suas conotações familiares centradas nas cidades para todo o resto do espaço geográfico quando existem muitos outros termos descritivos mais cabíveis¹¹. Devemos argumentar que não só não há ganho conceitual (ou o que

eles persistentemente chamam de “epistemológico”) por essa manobra, como há perda teórica considerável. Aqui, Angelo e Wachsmuth (2015) entraram na briga com o comentário que fazem sobre algo que eles aludem como “citadismo metodológico”. Eles se identificam com esse pecado proibido com o erro de atribuir à estrutura geográfica circunscrita da cidade processos que, segundo eles, são mais adequadamente analisados dentro do quadro mais amplo da “urbanização planetária” de Brenner e Schmid. O problema se complica quando Brenner e Schmid apontam (corretamente como acontece) que normalmente não há limites simples ou intuitivamente identificáveis entre a cidade (espaço concentrado) e o resto do mundo (espaço estendido), pois a continuidade entre os dois parece ser ininterrupta. Este é um problema familiar que sempre deixam perplexos os analistas urbanos, mas Brenner e Schmid estão errados ao pensar que essa questão desaparece ao tornar todo o espaço geográfico uma problemática urbana. Existe, de fato, uma maneira mais satisfatória de abordar esse problema.

Considere, para começar, certos tipos de fenômenos que existem no nível intra-urbano, como bairros, favelas, áreas industriais, distritos empresariais centrais e subúrbios. Cada um desses fenômenos representa um tipo de resultado sócio-espacial distinto e multifacetado em um espaço urbano mais amplo (o nexos da terra urbana) e nenhum é separado do resto da cidade por uma linha clara de

demarcação. No entanto, cada um deles nos aparece como uma escala ontologicamente única do espaço urbano, não só por seu caráter empírico, mas também porque *cada um apresenta questões científicas e políticas excepcionalmente problemáticas decorrentes do(s) seu(s) modo(s) de operação*. Sampson (2012), por exemplo, mostrou que existem variados “efeitos de vizinhança” nas pessoas que vivem em comunidades pobres e Chetty et al. (2014) mostraram como esses efeitos também têm impacto nas taxas de pobreza intergeracional. Da mesma forma, a vasta literatura sobre o desenvolvimento econômico local revela que os clusters intra-urbanos de unidades de produção são marcados por poderosas dinâmicas espaciais que são excepcionalmente problemáticas como objetos de investigação. Todos esses fenômenos são incorporados e marcados por todo tipo de continuidades com o nexos da terra urbana, mas, em nenhum caso, é útil ou significativo simplesmente descartá-los como se fossem construções ideológicas. Dois pontos relacionados precisam agora ser analisados.

Primeiro, a cidade é um fenômeno social, político, cultural e econômico complexo (ancorado e integrado pelo nexos da terra urbano) que é muito maior do que a soma das suas partes, significando, por sua vez, que possui uma presença coletiva potente. Em particular, a cidade é um local de dinâmica conjunta com uma identidade conjunta (por exemplo, “área da Baía de São Francisco”, “Rio



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

de Janeiro”), derivada do seu caráter como um nexos de terra aglomerado. Esta situação significa que os interesses políticos mais amplos das firmas individuais, das famílias e outras unidades comportamentais que compõem a esfera urbana, se tornam emaranhados em um conjunto concreto de interesses políticos específicos da cidade (incluindo as formas de conflito, coalizão, exclusão e privação peculiar do nexos da terra urbana). Esses interesses políticos são parcialmente mobilizados em ações coletivas e quase sempre estão associados a instituições formais (especialmente instituições governamentais) que dotam as cidades de poderes de tributação, de regulação administrativa e da capacidade de realizar investimentos públicos substanciais. Entre as preocupações mais importantes dessas instituições está o desempenho da cidade como um centro de emprego, de ganhos e de qualidade de vida, novamente, enraizado no nexos da terra urbana (Molotch, 1976). Por todas estas razões, a cidade em geral – especialmente devido às suas fundações na aglomeração e à sua densa sobreposição institucional e política – coloca questões bastante específicas para a arena urbana, tanto como objeto de investigação científica quanto como escala da vida humana, política e econômica. É por isso que os proponentes do chamado cidadismo metodológico estão enganados em sua caracterização da cidade como sendo nada mais do que uma miragem ideológica.

Em segundo lugar, os bair-

ros, favelas, bairros industriais, etc., são articulações sócio-espaciais únicas e idiossincráticas (embora dentro do nexos da terra urbana), de modo que o próprio nexos urbano é uma articulação socioespacial distinta (dentro do espaço global ou planetário). A cidade, em suma, é de forma importante uma coletividade irreduzível e, como argumentamos anteriormente, seu caráter peculiar deriva das suas propriedades como um local de aglomeração, gravitação e densidade, bem como dos seus ritmos específicos da vida cotidiana. Esses ritmos são expressos mais notavelmente em seus mercados de trabalho locais e seus padrões regulares de movimento pendular (Cheshire e Hay, 1989; Kerr e Kominers, 2015). Para tratar deste último ponto de outra forma, as cidades nos preocupam porque a distância não está morta, e elementos substanciais de nossas vidas estão ancorados nesses sistemas urbanos espacialmente e temporalmente restritos. O dia em que pudermos nos mover de um lugar para outro sem custos de tempo e sem esforços (ou seja, em um mundo de “tapetes mágicos”) é o dia em que se pode dizer que a cidade estará morta. Mas a situação predominante no mundo contemporâneo é aquela em que – apesar do crescimento dos vínculos de longa distância – a proximidade e a densidade permanecem criticamente importantes como arranjos que facilitam os volumes ainda em expansão de interações íntimas, detalhadas, dinâmicas e em pequena escala, que estão no coração das rela-

ções humanas no nexo da terra urbana.

Resta uma pergunta sem resposta. Mesmo tendo em conta a discussão acima, onde e como desenhamos a linha divisória entre a cidade e o resto do espaço geográfico? Discutimos, com referência específica à cidade, que, apesar da continuidade/ indivisibilidade do espaço geográfico (ou da realidade como um todo), existem diferentes escalas e articulações de fenômenos empíricos, processos subjacentes e interesses políticos que fazem com que seja imperativo distinguir unidades específicas e níveis de interação dentro da totalidade do espaço planetário como um todo. Além disso, não há uma linha rígida que separe definitivamente o nexo da terra urbana do resto do espaço geográfico, mas sim uma série de gradações espaciais nas quais nos movemos de um para o outro. Isso não significa que o nexo de terra urbana e sua dinâmica, como identificado acima, sejam ilusões, pois bairros, favelas, áreas industriais, etc., não se dissolvem em uma totalidade urbana, da mesma forma como as estações que se desvanecem de forma gradual e irregular de uma para a outra, mas isso não significa que elas não existem como fenômenos identificáveis por si mesmas. A dedução evidente dessas observações é que quase sempre temos uma margem de manobra considerável quanto à forma como demarcamos a extensão espacial do nexo da terra urbana, mas que a melhor opção é defini-la em qualquer instância de forma a otimizar

nossa capacidade de lidar com qualquer das questões que posamos ter em mãos (por exemplo, desenvolvimento econômico, transporte público, conflitos étnicos, bairros decadentes, estratégia política urbana, entre outras), enquanto elimina-se da consideração os territórios mais irrelevantes possíveis. Na prática, temos pouca opção se não seguir a norma pragmática que sempre foi adotada pelos geógrafos e localizar a linha de divisão de maneira mais ou menos viável em relação aos dados disponíveis.

Uma possível objeção a essas linhas de raciocínio é que as cidades têm conexões funcionais diversas com outros lugares em partes diferentes do mundo. De fato, Brenner e Schmid (2014, 2015), entre outros (por exemplo, Amin e Thrift, 2002), afirmam de forma explícita que a identidade da cidade como unidade espacial está profundamente comprometida com o alargamento das relações externas que formam o que é chamado de “exterior constitutivo”. Nossa resposta a isso é simples. Essas relações são capazes de induzir certos tipos de mudanças nas cidades, como explosões de crescimento nos distritos empresariais centrais ou mudanças em determinadas categorias de população, mas seus efeitos são virtualmente sempre assimilados no nexo da terra urbana como tal sem destruir sua integridade como uma unidade social complexa. Por exemplo, o distrito financeiro de New York tem fortes conexões externas com clientes distantes e



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

com fontes de capital, resultando no crescimento de empresas locais com diversos impactos nos padrões de uso da terra em Manhattan e nos comportamentos residenciais dos trabalhadores. No entanto, quaisquer que sejam os efeitos do exterior constitutivo, estes não prejudicam de forma alguma a noção teórica do nexos da terra urbana como constitutivo crítico dentro da cidade. De fato, o nexos da terra urbana ganha em termos de sua complexidade interna, mesmo que esses efeitos se intensifiquem e se multipliquem. Do mesmo modo, e apesar do fato de que, no sistema mundial do século XXI, as interconexões espaciais alcançaram níveis sem precedentes em termos de volume e em extensão geográfica, a necessidade de proximidade e interação local tem sido, em muitos aspectos, reforçada no nexos da terra urbana (Duranton e Storper, 2008; Hummels, 2007). Anderson e van Wincoop (2004), por exemplo, demonstraram que os custos comerciais continuam tão importantes no mundo de hoje que eles frequentemente reforçam uma escala de interação distintivamente local. Devemos salientar, em qualquer caso, que as interconexões de longa distância entre as cidades sempre foram uma característica da vida urbana, começando em Jericó há 6500 anos e, como já declaramos, eles são tipicamente uma condição crucial da continuidade da viabilidade urbana. Como tal, eles não representam a negação da identidade da cidade, mas uma das condições que tornaram possível a

existência das cidades ao longo da história.

Resumo: um desafio para a teoria e para a pesquisa urbana

Nós tentamos, em tudo o que foi exposto acima, abrir uma série de geografias teóricas das cidades e dos processos de urbanização, e criticamos, em particular, certas tendências recentes que, por uma razão ou outra, deformam ou caracterizam mal ou escondem as funções essenciais e a identidade do urbano. Ao mesmo tempo, propomos, como plano de fundo à nossa crítica, um conceito da cidade como um fenômeno tangível, distinto, mas contido na sociedade como um todo, e com raízes genéticas específicas e com dinâmicas organizacionais internas únicas. Este conceito nos permite distinguir o que é autenticamente urbano do que é meramente contingencialmente urbano e, portanto, trazer um grau de foco disciplinado para a investigação das questões urbanas. Devemos acrescentar que a precisão das ideias a este respeito é especialmente importante para estudos relevantes em termos das políticas (ver Scott e Storper, 2015).

Contra o pano de fundo de nossas proposições sobre a natureza das cidades, examinamos três influentes pontos de vista alternativos sobre questões urbanas, a saber, a teoria pós-colonial, as abordagens teóricas do agenciamento e o urbanismo planetário, e concluímos que são insuficientes. Os estudiosos

pós-coloniais defendem uma abordagem de estudos urbanos que é simultaneamente provinciana, comparativista e focada na diferença, o que na prática significa particularidade. Enquanto invocam noções ambíguas de “mundificação”, eles rejeitam, como questão de princípio, a transferência de resultados analíticos das cidades do Norte Global para as cidades do Sul Global e, do mesmo modo, qualquer conceito teórico generalizado do urbano e presumivelmente (ao menos os puristas) qualquer fertilização trans-provinciana de ideias.

As abordagens teóricas do agenciamento têm muito em comum com essa perspectiva, mas, além disso, têm a intenção de retratar resultados sociais como caleidoscópios relacionais em arranjos combinatórios dinâmicos que oferecem pouca ou nenhuma compreensão sobre a gênese dos arranjos espaciais e institucionais estabelecidos. Não só as abordagens do agenciamento e do ator-rede aplicadas à cidade são notavelmente fracas em compreender processos sociais e econômicos fundamentais, mas agravam essa fraqueza ao sugerir que coisas puramente passivas e sem intencionalidade e critério social, como a dobradiça de porta mencionada por Acuto (2011), ou as vieiras estudadas por Callon (1984), ou o bilhete ferroviário que faz parte do relato da pobreza feito por McFarlane (2011c), são dotadas de poderes de agenciamento semelhantes aos dos seres humanos.

Deve-se notar que, embora os estudiosos pós-coloniais e

da teoria do agenciamento tenham opiniões fortes sobre a condução da pesquisa urbana, nenhum deles oferece qualquer conceito coerente do urbano como tal. Os adeptos do urbanismo planetário, por sua vez, fazem afirmações fortes sobre a deliquescência da cidade e sobre a assimilação do urbano em uma economia espacial mundial. Eles contribuem pouco em termos conceituais sobre o valor agregado por esta manobra, enquanto deformam gratuitamente o significado geralmente aceito do termo “urbanização” que aponta para a aglomeração, a densidade e a nodalidade e, por extensão, a distintos processos políticos, sociais e de formação de identidade na escala urbana. Nossas próprias proposições sobre as estruturas materiais e relacionais do nexos da terra urbana sugerem que as afirmações dos adeptos do urbanismo planetário sobre a suposta imprevisibilidade do que eles chamam de cidadismo metodológico e sobre o status puramente ideológico do conceito de cidade estão seriamente erradas.

Pelo menos, algumas dessas tendências aberrantes na teoria urbana contemporânea podem ser rastreadas até uma fé notavelmente acrítica entre muitos analistas contemporâneos na capacidade das ideias filosóficas abstratas em orquestrar a forma e a estrutura das investigações concretas sobre as cidades. Não nos opomos às incursões de ideias filosóficas no trabalho dos teóricos urbanos; longe disso. Somos apenas muito conscientes do quão necessárias são a criticidade e



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

a clareza baseadas na filosofia para uma análise social viável. Nossa preocupação aqui é focada principalmente no que consideramos ser a infeliz influência da filosofia pós-estruturalista nos estudos urbanos. Estamos nos referindo aqui, primeiro, ao jargão semanticamente inflado que estraga muito da literatura atual. Em segundo lugar, e mais importante ainda, também apontamos para os esquemas interpretativos exagerados que o pós-estruturalismo permite e a sua tendência em afugentar as formas analiticamente orientadas de inquérito social (e especialmente econômico) a favor de uma busca conceitualmente estéril pela diferença, pela particularidade e pelo localismo. As ontologias planas favorecidas pela teoria pós-estruturalista são igualmente prejudiciais à vitalidade dos estudos urbanos, especialmente ao negarem as dimensões escalares do espaço, de uma forma que efetivamente dissolve a cidade como uma entidade sócio-geográfica estruturada, o que encoraja, por sua vez um ecletismo desenfreado que faz com que a cidade, como tal, tenda a ficar persistentemente fora de foco. Os adeptos do urbanismo planetário também se esforçam para garantir essa mesma dissolução, mas desta vez com base em uma “epistemologia” enigmática que, na prática, representa demonstrações empíricas nada excepcionais e, em nossa opinião, imperfeitamente desenvolvidas. Para repetir a mensagem da nossa linha inicial, o período atual da história pode certamente ser caracterizado como uma era urba-

na, no sentido de que, cada vez mais, a humanidade vive em assentamentos que são claramente urbanos. Se quisermos chegar a algum tipo de compreensão dos novos e enormes desafios colocados por este estado de coisas (incluindo uma compreensão clara do que é e do que não é imputável aos processos urbanos na vida moderna), precisamos de uma teoria urbana que seja totalmente comprometida com tal objetivo. Tentamos eliminar alguns dos obstáculos que impedem o cumprimento desse objetivo e propor algumas bases essenciais para a construção de teorias mais efetivas do urbano e do processo de urbanização.

Finalmente, defendemos fortemente o abandono da classificação das cidades em termos de um Norte Global e de um Sul Global com seu curioso eco do Primeiro e do Terceiro Mundo. Os teóricos pós-coloniais, é claro, têm suas próprias razões para seguir essa terminologia, e nós mesmos certamente não temos a intenção de sugerir que o colonialismo, mesmo hoje, não tenha deixado traços profundos em diferentes partes do mundo e em muitos domínios da investigação humana. Dito isto, e em vista do mosaico de resultados espaciais predominantes e multifacetados que apresentam muitas variedades empíricas diferentes de desenvolvimento econômico e político no mundo atual, este binário esquemático é definitivamente inadequado como um quadro organizacional para grande parte da investigação social contemporânea, principalmente no caso dos estudos urbanos.

Agradecimentos

Nós dedicamos este artigo ao nosso saudoso amigo e colega Edward Soja, sabendo que ele não teria conseguido resistir em expressar perspectivas alternativas em quase tudo o que dissemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acuto M (2011) Putting ANTs into the millefeuille. *City* 15: 552–562.

Allen RC (2009) *The British Industrial Revolution in Historical Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.

Amin A and Graham S (1997) The ordinary city. *Transactions of the Institute of British Geographers* 22: 411–429.

Amin A and Thrift N (2002) *Cities: Reimagining the Urban*. Cambridge: Polity.

Anderson JE and van Wincoop E (2004) Trade costs. *Journal of Economic Literature* 42: 691–751.

Angelo H and Wachsmuth D (2015) Urbanizing urban political economy: A critique of methodological cityism. *International Journal of Urban and Regional Research* 39: 16–27.

Aston T and Philpin CHE (1987) *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.

Aw T (2013) *Five Star Billionaire*. New York: Random House.

Bender T (2010) Postscript: Reassembling the city: Networks and urban imaginaries. In: Farás I and Bender T (eds) *Urban Assemblages: How Actor-Network Theory Changes Urban Theory*. London: Routledge, pp. 303–323.

Boo K (2012) *Behind the Beautiful Forevers: Life, Death and Hope in a Mumbai Undercity*. New York: Random House.

Brenner N and Schmid C (2014) The urban age in question. *International Journal of Urban and Regional Research* 38: 731–755.

Brenner N and Schmid C (2015) Towards a new epistemology of the urban. *City* 19: 151–182.

Brenner N, Madden DJ and Wachsmuth D (2011) Assemblage urbanism and the challenges of critical urban theory. *City* 15: 225–240.

Bunnell T and Maringanti A (2010) Practising urban and regional research beyond metrocentricity. *International Journal of Urban and Regional Research* 34: 415–420.

Caldeira T (2000) *City of Walls: Crime, Segregation and Citizenship in Sao Paulo*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

Callon M (1984) Some elements of a sociology of translation: Domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. *Sociological Review Special Supplement* S1: 196–233.

Cheshire P and Hay D (1989) *Urban Problems in Western*



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

Europe: An Economic Analysis. London: Hyman.

Chetty R, Hendren N, Kline P, et al. (2014) Where is the land of opportunity? The geography of intergenerational mobility in the United States. *Quarterly Journal of Economics* 129: 1553–1623.

Chibber V (2013) *Postcolonial Theory and the Spectre of Capitalism*. London: Verso.

Cole T (2014) *Every Day is for the Thief*. New York: Random House.

Comaroff J and Comaroff JL (2012) *Theory from the South: How Euro-America is Evolving toward Africa*. Boulder, CO: Paradigm.

Cooke P and Morgan K (1998) *The Associational Economy: Firms, Regions, and Innovation*. Oxford: Oxford University Press.

de Boek F and Plissart M-F (2004) *Kinshasa: Tales of the Invisible City*. Antwerp: Ludion.

DeLanda M (2002) *Intensive Science and Virtual Philosophy*. London: Continuum.

Deleuze G and Guattari F (1972) *Capitalisme et Schizophrénie*. Paris: Editions de Minuit.

Dick HW and Rimmer PJ (1998) Beyond the Third World city: The new urban geography of South-East Asia. *Urban Studies* 35: 2303–2321.

Dovey K (2012) Informal urbanism and complex adaptive assemblage. *International Development Planning Review* 34: 349–367.

Duranton G and Puga D (2004) Micro foundations of urban agglomeration economies. In: Henderson JV and Thisse JF (eds) *Handbook of Regional and Urban Economics*, Vol. 4. Amsterdam: Elsevier, pp. 2065–2118.

Duranton G and Storper M (2008) Rising trade costs? Agglomeration and trade with endogenous transaction costs. *Canadian Journal of Economics* 41: 292–319.

Edensor T and Jayne M (2012) Introduction: Urban theory beyond the West. In: Edensor T and Jayne M (eds) *Urban Theory Beyond the West: A World of Cities*. London: Routledge, pp. 1–27.

Farías I (2010) Introduction: Decentering the object of urban studies. In: Farías I and Bender T (eds) *Urban Assemblages: How Actor-Network Theory Changes Urban Theory*. London: Routledge, pp. 1–24.

Farías I (2011) The politics of urban assemblages. *City* 15: 365–374.

Fujita M and Thisse J-F (2002) *Economics of Agglomeration: Cities, Industrial Location, and Regional Growth*. Cambridge: Cambridge University Press.

Fujita M, Krugman P and Venables AJ (1999) *The Spatial Economy: Cities, Regions and International Trade*. Cambridge, MA: MIT Press.

Geertz C (1973) *Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books.

- Glaeser EL (2011) *Triumph of the City*. London: Macmillan.
- Graham S and Marvin S (2001) *Splintering Urbanism: Networked Infrastructures, Technological Mobilities, and the Urban Condition*. London: Routledge.
- Habermas J (1971) *Knowledge and Human Interests*. Boston, MA: Beacon.
- Hall P (1998) *Cities in Civilization*. New York: Pantheon.
- Haraway D (1988) Situated knowledges. *Feminist Studies* 14: 575–599.
- Hummels D (2007) Transportation costs and international trade in the second era of globalization. *Journal of Economic Perspectives* 21: 131–154.
- Kerr W and Komoiners SD (2015) Agglomerative forces and cluster shapes. *Journal of Economics and Statistics* 97(4): 877–899.
- Krugman P (1991) *Geography and Trade*. Leuven: Leuven University Press.
- Kuhn TS (1962) *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Latour B (2005) *Reassembling the Social: Na Introduction to Actor-Network Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Lefebvre H (1970) *La Révolution Urbaine*. Paris: Gallimard.
- Leitner H and Sheppard E (2015) Provincializing critical urban theory: Extending the ecosystem of possibilities. *International Journal of Urban and Regional Research*. Epub ahead of print. DOI: 10.1111/1468-2427.12277.
- Livingstone DN (2014) *Dealing with Darwin: Place, Politics, and Rhetoric in Religious Engagements with Evolution*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Mannheim K (1952) *Essays in the Sociology of Knowledge*. Henley-on-Thames: Routledge and Kegan Paul.
- Marston SA, Jones JP and Woodward K (2005) Human geography without scale. *Transactions of the Institute of British Geographers* 30: 416–432.
- Mbembe A and Nuttall S (2004) Writing the world from an African metropolis. *Public Culture* 16: 347–372.
- McFarlane C (2011a) Assemblage and critical urban theory. *City* 15: 204–224.
- McFarlane C (2011b) *Learning the City: Knowledge and Translocal Assemblage*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- McFarlane C (2011c) On context: Assemblage, political economy and structure. *City* 15: 375–388.
- McKinsey & Company (2011) *Urban World*. San Francisco: McKinsey Global Institute. Available at: <http://www.mckinsey.com/globalthemes/urbanization/urban-world-mapping-theeconomic-power-of-cities> (accessed 19 February 2016).
- Merrifield A (2013) The urban question under planetary capitalism. *International Journal of Urban and Regional Research* 37: 909–922.

Molotch H (1976) The city as a growth machine: The political economy of place. *American Journal of Sociology* 82: 309–332.

Mould O (2015) A limitless urban theory? A response to Scott and Storper's 'The nature of cities: the scope and limits of urban theory'. *International Journal of Urban and Regional Research*. Epub ahead of print. DOI: 10.1111/1468-2427.12288.

Mukhija V and Loukaitou-Sideris A (eds) (2014) *The Informal American City*. Cambridge, MA: MIT Press.

Mukim M (2015) Coagglomeration of formal and informal industry: Evidence from India. *Journal of Economic Geography* 15: 329–351.

Myers G (2014) From expected to unexpected comparisons. *Singapore Journal of Tropical Geography* 35: 104–118.

Ong A and Roy A (eds) (2011) *Worlding Cities: Asian Experiments in the Art of Being Global*. Oxford: Wiley-Blackwell.

Pagden A (2013) *The Enlightenment and Why it Still Matters*. New York: Random House.

Patel S (2014) Is there a 'south' perspective to urban studies? In: Parnell S and Oldfield S (eds) *The Routledge Handbook on the Cities of the Global South*. London: Routledge, pp. 37–53.

Peck J (2015) Cities beyond compare. *Regional Studies* 49: 160–182.

Ren J and Luger J (2015) Comparative urbanism and the Asian city: Implications for research and theory. *International Journal of Urban and Regional Research* 39: 145–156.

Rey P, Duroux Y and Bettelheim C (1971) *Sur l'Articulation des Modes de Production*. Paris: Ecole Pratique des Hautes Etudes, Centre d'Etudes de Planification Socialiste.

Robinson J (2006) *The Ordinary City: Between Modernity and Development*. London: Routledge.

Robinson J (2011) Cities in a world of cities: The comparative gesture. *International Journal of Urban and Regional Research* 35: 1–23.

Robinson J (2014) New geographies of theorizing the urban: Putting comparison to work for global urban studies. In: Parnell S and Oldfield S (eds) *The Routledge Handbook on Cities of the Global South*. London: Routledge, pp. 57–70.

Robinson J and Roy A (2015) Global urbanisms and the nature of urban theory. *International Journal of Urban and Regional Research*. Epub ahead of print. DOI: 10.1111/1468-2427.12272.

Roweis ST and Scott AJ (1977) Urban planning in theory and practice: A re-appraisal. *Environment and Planning* 9: 1097–1119.

Roy A (2005) Urban informality: Toward an epistemology of planning. *Journal of the American Planning Association* 71: 147–158.

Roy A (2009) The 21st-century metropolis: New geographies of theory. *Regional Studies* 43: 819–830.

Roy A (2011) Slumdog cities: Rethinking subaltern urbanism. *International Journal of Urban and Regional Research* 35: 223–

238.

Roy A (2015) Who's afraid of postcolonial theory? *International Journal of Urban and Regional Research*. Epub ahead of print. DOI: 10.1111/1468-2427.12274.

Said EW (1978) *Orientalism*. New York: Pantheon.

Sampson RJ (2012) *Great American City: Chicago and the Enduring Neighborhood Effect*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Sayer A (2004) Foreword: Why critical realism? In: Fleetwood S and Ackroyd S (eds) *Critical Realist applications in Organisation and Management Studies*. London: Routledge, pp. 6–20.

Scott AJ (1980) *The Urban Land Nexus and the State*. London: Pion.

Scott AJ (2012) *A World in Emergence: Cities and Regions in the 21st Century*. Cheltenham: Edward Elgar.

Scott AJ and Storper M (2015) The nature of cities: The scope and limits of urban theory. *International Journal of Urban Theory* 39: 1–15.

Sheppard E (2014) Globalizing capitalism and southern urbanization. In: Parnell S and Oldfield S (eds) *The Routledge Handbook on Cities of the Global South*. London: Routledge, pp. 143–154.

Sheppard E, Leitner H and Maringanti A (2013) Provincializing global urbanism: A manifesto. *Urban Geography* 34: 893–900.

Simone A (2011) The surfacing of modern life. *City* 15: 355–364.

Simone A (2014) *Jakarta, Drawing the City Near*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.

Smith RG (2013) The ordinary city trap. *Environment and Planning A* 45: 2290–2304.

Soja E and Scott AJ (1986) Los Angeles: Capital of the late twentieth century. *Environment and Planning D: Society and Space* 4: 249–254.

Spivak GC (2008) Can the subaltern speak? In: Nelson C and Grossberg L (eds) *Marxism and the Interpretation of Culture*. Basingstoke: Macmillan, pp. 271–313.

Standing G (2011) *The Precariat: The New Dangerous Class*. London: Bloomsbury.

Storper M (2013) *Keys to the City: How Economics, Institutions Social Interaction and Politics Shape Development*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Taylor PJ (2013) *Extraordinary Cities: Millennia of Moral Syndromes World-Systems and City/ State Relations*. Cheltenham: Elgar.

Tonkiss F (2011) Template urbanism: Four points about assemblage. *City* 15: 584–588.

Walker R (2015) Building a better theory of the urban: A response to 'Towards a New Epistemology of the Urban?' *City* 19: 183–191.



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

Walker R (2016) Why cities? A response. *International Journal of Urban and Regional Research* (forthcoming).

Wilson WJ (1987) *The Truly Disadvantaged: The Inner City, the Underclass, and Public Policy*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Wirth L (1938) Urbanism as a way of life. *American Journal of Sociology* 44: 1–24.